



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo:** Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas

### A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ATUALIDADE SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA <sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo buscamos discutir, introdutoriamente, a partir do projeto de pesquisa apresentado para ingressar no mestrado, a produção de conhecimento na atualidade no que toca a ética profissional na pós-graduação em Serviço Social. Primeiro, trazemos um breve caminho histórico pela produção do conhecimento em Serviço Social, partindo para a especificidade dessa produção sobre ética profissional. Fomentar a discussão acerca do tema é fundamental, principalmente no atual contexto em que vivenciamos do exacerbamento do conservadorismo.

**Palavras-chaves:** Produção do Conhecimento; Ética Profissional; Serviço Social.

**Abstract:** In this article, we seek to discuss, introductory, from the research project presented to enter the master's degree, the production of knowledge today regarding professional ethics in postgraduate studies in Social Work. First, we bring a brief historical path through the production of knowledge in Social Work, starting with the specificity of this production on professional ethics. Fostering discussion on the subject is essential, especially in the current context in which we experience the exacerbation of conservatism.

**Keywords:** Knowledge Production; Professional Ethics; Social Work.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

## 1. INTRODUÇÃO

O referido artigo é oriundo do projeto de pesquisa apresentado para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Tem como proposta de apreender, introdutoriamente, o debate existente acerca da ética profissional na pós-graduação em Serviço Social, na atual conjuntura de avanço do conservadorismo a nível mundial, do reforço dos valores e da moral conservadora, que rebate no desmonte de direitos e precarização do trabalho, principalmente no atual contexto de pandemia do COVID-19, em que o negacionismo com relação a ciência se tornou tão preponderante.

Fundamenta-se na teoria social crítica, na perspectiva da totalidade, categoria esta que se expressa nas múltiplas expressões da realidade, auxiliando-nos a compreendê-la através de aproximações sucessivas do real. Buscaremos apreender a ética profissional no movimento da história, fundamentado na razão dialética, na perspectiva de ultrapassar a superficialidade e buscar a essência do objeto estudado.

A aproximação da temática ocorreu através de uma breve pesquisa sobre o tema quando era graduanda em Serviço Social, na perspectiva de apreender o debate acerca da ética profissional e, conseqüentemente, contribuir com a agenda de debates da profissão, por entender que o tema é de extrema importância para o *ethos* profissional, sobretudo, no contexto tão adverso para as ideias e lutas progressistas. Importância esta revelada nos princípios das Diretrizes Curriculares de 1996, que diz em seu décimo artigo que a ética é “princípio formativo perpassando a formação curricular” (ABEPPS/CEDEPSS, 1996, p. 7).

A ética, segundo Barroco (2005, p. 64), se configura como ação prática dotada de moralidade que extrapola o *dever-ser* e se coloca como uma práxis, o que supõe uma prática concreta e uma reflexão ética crítica. Ainda de acordo com a autora, ação da ética é dada pela liberdade, compreendida ontologicamente como

uma capacidade humana inerente ao trabalho, pondo em movimento capacidades essenciais do ser humano genérico como a sociabilidade, universalidade, consciência e liberdade, que são categorias ontológica-sociais.

O debate sobre a ética profissional ganhou destaque no final dos anos 1970 por conta das profundas mudanças teórico-metodológicas que se expressavam no Serviço Social. Ele se fortaleceu no meio profissional na década seguinte, com a aprovação do Código de Ética de 1986 e posteriormente do Código de Ética de 1993.

Todas as expressões citadas anteriormente são também conquistas da conjuntura sócio-histórica da época, em que o Brasil saía de um regime totalitário, em meio às lutas da sociedade em prol da democracia e da reconquista de direitos retirados durante o então regime. Dessa forma, começam-se também as iniciativas das entidades das categorias profissionais, a exemplo do Conselho Federal do Serviço Social e da Associação Brasileira de Ensino (CFESS) e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em busca da construção de um projeto profissional alinhado aos interesses da classe trabalhadora, explicitando a crítica ao conservadorismo societal e o que permeou a profissão durante décadas.

A atual conjuntura social, política, econômica, e cultural agravada pela pandemia da COVID-19, conforme dito anteriormente, em que valores éticos progressistas estão sendo colocados à prova, com o negacionismo ao saber científico se alastrando no meio social e o fortalecimento do ideário conservador, coloca a ética como um tema importante a ser debatido. Além disso, a escassez de produções na literatura especializada urge à realização de produções de conhecimento sobre a temática, dada a sua importância para a formação profissional e para o próprio cotidiano.

A ética é um campo complexo do conhecimento e um dos maiores desafios da contemporaneidade é qualificar a direção social de nossas ações, defender a liberdade, a democracia e os direitos humanos.

## 2. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Uma das maiores conquistas do Serviço Social brasileiro, em seus mais de oitenta anos de história, foi se constituir como uma área do conhecimento, um solo fértil para a produção do conhecimento, principalmente dentro de uma matriz crítica, que nos auxilia a apreender a realidade sobre a perspectiva de totalidade.

Entretanto, antes de assumir uma postura hegemonicamente crítica, o Serviço Social passou por um longo processo. Em sua gênese, não se teve nenhuma teoria científica, na realidade, a formação profissional era feita através da Doutrina Social da Igreja (com as encíclicas *Rerum Novarum* (1891), escrita pelo Papa Leão XIII; e a *Quadragesimo Anno* (1931), escrita pelo Papa Pio XI) e no neotomismo. Somente nos anos 1940 teve-se um aprimoramento técnico no Serviço Social, período em que o Serviço Social norte-americano dominou a formação profissional brasileira, ancorado na teoria positivista.

Com o Movimento de Reconceituação nos anos 1960, em toda a América Latina, as portas para novas teorias foram abertas para o Serviço Social, marcando a época como uma grande interlocução entre os saberes e de substancial importância para a produção do conhecimento na profissão. De acordo com Faleiros (1987, p. 51):

Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação.

Segundo Netto (2015), o Movimento de Reconceituação latino-americano tomou características particulares no Brasil, no que ele denominou de Renovação do Serviço Social e aponta três vertentes existentes nele, sendo elas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura. A Intenção de Ruptura traz o rompimento do Serviço Social tradicional, o que dá uma nova guinada a produção do conhecimento na área, ao adotar o materialismo histórico-dialético como teoria central para tecer os estudos.

Um dos marcos desse momento é o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de autoria de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, que traz a história do Serviço Social, pela primeira vez, sob um viés efetivamente crítico. Assim, durante os 1970 e 1980 são constituídos no Brasil os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), consolidando o Serviço Social como profissão e área do conhecimento. Importante salientar que, de acordo com Netto (1989), o Serviço Social não é uma teoria e sim uma profissão, entretanto é uma profissão que ganhou o status de área do conhecimento por conta da valiosa produção de conhecimento que vem tecendo durante os últimos anos.

Sendo assim, a pesquisa no Serviço Social é fundamental para o fomento da produção do conhecimento na área. A ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – é a entidade responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação (ABEPSS, 2022).

A ABEPSS foi criada em 1946, sendo inicialmente denominada de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), uma década após a criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, esse tendo sido na PUC-SP no ano de 1936. Sua nomenclatura foi alterada para dar substância a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, o tripé fundamental das universidades públicas brasileiras. De acordo com a página da ABEPSS (2022) um marco na história da entidade foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada no mesmo ano, quando esta assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional. Assim, a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação.

Atualmente, a ABEPSS conta com Grupos Temáticos de Pesquisa (os GTPs) e com a Revista *Temporalis*, importante veículo de divulgação de artigos com temáticas pertinentes ao Serviço Social. A entidade é extrema importância para o fortalecimento e luta da categoria profissional, juntamente com os Conselhos

Regionais de Serviço Social (CRESS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Assim, com a consolidação da pós-graduação, tanto a nível nacional como profissional, demonstra a importância desta para o fomento da pesquisa na área. Para isso, Guerra (2011) aponta que para podermos apreender os desafios e possibilidades da pós-graduação em Serviço Social, temos que olhar para o movimento da história, seus avanços e recuos com relação a política educacional. A autora continua em seu artigo, enfatizando a importância da pesquisa, principalmente na formação de docentes e da massa crítica profissional. Além disso, ela coloca que a procura pela pós-graduação em Serviço Social extrapola a própria área, chamando a atenção de candidatos de áreas afins que desejam discutir criticamente o capitalismo contemporâneo e suas formas de enfrentar a questão social. Assim, Guerra (2011, p. 146) redige que:

[...] Vêm também formando a massa crítica inserida na formulação e implementação de políticas sociais, nos conselhos de direitos, nas organizações não governamentais e, ainda que em menor incidência, nos movimentos sociais. Os Programas encontram-se bem estruturados com disciplinas apresentando conteúdos e bibliografia atuais e em conexão com as áreas de concentração e linhas de pesquisa. Ressalta-se que a procura pelos nossos Programas extrapola a área de Serviço Social: muitos dos candidatos que os procuram são de áreas afins e estão interessados num debate crítico que se faz em torno do capitalismo contemporâneo e suas formas de enfrentar a chamada questão social.

Os ganhos adquiridos desde os anos 1980 até os dias atuais não foram feitos sem tensionamentos. A categoria conquistou sua maturidade teórica, com base crítica e de totalidade, porém o conservadorismo, o positivismo, fenomenologia e, mais recentemente, pós-modernidade, são perspectivas que tentam disputar a hegemonia. Por isso, é de fundamental importância reafirmar o nosso compromisso teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo com a perspectiva crítica, fonte de importantes pesquisas na área.

Mota (2019) ao tratar do neoconservadorismo no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento, aponta para uma problemática atual que existe na profissão: os que dissociam a teoria de prática, supondo que a teoria apreendida durante a trajetória acadêmica é inviável no campo profissional. Assim, a autora rebate, ao afirmar que:

[...] Seus apologistas esquecem ou desconhecem que o exercício profissional se referencia em categorias teóricas para compreender os macroprocessos sociais, mas mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dão a efetivação de programas, políticas e projetos sociais (Mota, 2019, p. 173).

Dissociar teoria e prática é praticamente impossível, pois se o profissional não consegue aplicar os conhecimentos adquiridos na academia no seu fazer profissional, provavelmente está aplicando uma outra teoria que diverge da teoria social-crítica. Por isso a importância de uma formação profissional permanente, que tenha diálogo com a academia e com a produção do conhecimento que esteja sendo feita não só nela, mas também por outros colegas de profissão em seu espaço de trabalho. A obtenção de conhecimento é constante, assim como a sua produção.

### **3. A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL**

A ética é elaborada a partir do momento em que o ser humano se constrói como ser social. Barroco (2009, p. 20) expressa isso ao colocar que “a ética — entendida como modo de ser socialmente determinado — tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social”. Ou seja, indica-se que o ser social surge na natureza, porém sua historicidade, sua capacidade de transformar a si e a natureza e realizar o trabalho é o que o torna também capaz de construir a ética.

Com o trabalho, surge a sociabilidade, o que implica “a (re)criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural (...)” (BARROCO, 2005, p. 38). Dessa sociabilidade é que surge a moral, como uma necessidade de regulamentar as relações entre os indivíduos, através da criação de costumes, que podem ser mutáveis de acordo com o movimento da história.

Nesse sentido, continua Barroco (2009, p. 20),

o ser social fundamenta-se em categorias ontológicas-sociais, pois os modos de ser que o caracterizam são construções sócio-históricas que se indeterminam de forma

complexa e contraditória, em seu processo de constituição.

É importante salientar que ética e moral não são a mesma coisa. A moral é definida como um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social, enquanto a ética é definida como a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade, sendo a ética filosófica e científica (COPELLO, *et. al*, 2019). Entretanto, apesar de terem seus significados particulares, destacamos que a ética faz a reflexão crítica da moral, sendo uma capacidade humana e tendo uma dimensão prática, visto que influencia o comportamento humano.

No cotidiano, a moral se enraíza de forma acrítica, dada a imediaticidade e espontaneidade características desse espaço. Segundo Agnes Heller (2000) a vida cotidiana é do indivíduo, ser genérico, e é em grande medida heterogênea. Além disso, é permeada de preconceitos, de ideias pré-concebidas, o que acarreta comportamentos ultra generalizadores, repleto de estereótipos. Sendo assim:

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao ethos dominante (BARROCO, 2009, p. 9).

Dessa forma, a vida cotidiana se torna um campo de reprodução da alienação e de preconceitos, por seu pragmatismo e necessidade de respostas imediatas, que não permite aos indivíduos se aprofundarem nas demandas que são apresentadas, demonstrando a sua superficialidade. Porém, vale salientar que no cotidiano também pode despertar a possibilidade da “transgressão ao instituído socialmente” (CARDOSO, 2013, p. 49), pois as respostas dos problemas apresentados na realidade e nos sujeitos estão na própria esfera cotidiana. Assim, o preconceito e a discriminação são vistos como alienação moral, por adotar posturas antiéticas com relação as diferenças, típicas da sociedade plural em que vivemos.

No que tange à ética profissional, temos que ela se expressa como uma das

dimensões do próprio Serviço Social, se objetivando na prática profissional como ação moral, normatizando deveres e valores através do Código de Ética, a partir de teorias que fundamentam a reflexão e intervenção como ação ética e política. Destaca-se que a sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos, pois não são formas puras e nem absolutas.

Assim, a nossa ética profissional se objetiva no Código de Ética. O Serviço Social teve em toda a sua trajetória 05 (cinco) Códigos de Ética, cada um respondendo ao tempo histórico em que foi elaborado. Partindo do primeiro de base neotomista até o que está em vigor atualmente, de base marxista, a profissão escreveu uma longa caminhada no movimento dialético da história.

A gênese do Serviço Social Brasileiro é dada em 1930, em decorrência da fase monopolista do sistema capitalista. Assim, para que ela ocorresse em pleno funcionamento, fez-se necessário a presença de um profissional que enfrentasse as expressões da questão social decorrentes dessa nova fase exploratória. Entretanto, o enfrentamento da questão social nesse começo não se deu através de uma teoria científica e sim do neotomismo, da Doutrina Social da Igreja, já que atuação do profissional do Serviço Social na época era feita de forma caritativa, em que a questão social era entendida como problema de ordem social e religiosa e não como consequência do próprio sistema capitalista.

É nesse contexto que, em 1947, é estabelecido o primeiro Código de Ética Profissional. Barroco e Terra (2012, p. 43) colocam que:

O neotomismo — base da Doutrina Social da Igreja Católica — influenciou o Serviço Social desde a sua origem, seja na formação profissional, nas disciplinas de Filosofia e Ética, em sua fundamentação filosófica e valorativa tal como aparece nos Códigos de Ética, seja em outros documentos que marcaram posicionamentos éticos da profissão, por exemplo, o Documento de Araxá, de 1967.

O segundo Código de Ética, em 1965, deu prosseguimento ao neotomismo, porém introduzindo valores liberais da matriz positivista (a exemplo do pluralismo), entrando em consonância com o contexto da modernização conservadora, nomenclatura posta por Netto (2015). Dez anos depois, o terceiro Código de Ética

(1975) foi instituído, suprimindo “as referências democrático-liberais do Código anterior” (BARROCO E TERRA, 2012, p. 45), afinal, o Brasil estava no auge da Ditadura Militar, e, reconhecendo o Serviço Social no movimento da história, seguiu-se a postura de censura e disciplinamento do Estado.

Finalmente, em 1986, o novo Código de Ética Profissional rompeu com o conservadorismo profissional, acompanhando o movimento da história que repercutia o fim da Ditadura Militar brasileira. Rompeu-se com a imparcialidade, até então histórica na profissão, para ter uma direção política clara: a classe trabalhadora. De acordo com Barroco e Terra (2012, p. 48):

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído.

Os ganhos nos anos 1980 foram de extrema importância para a consolidação da imagem e produção científica no Serviço Social até os dias de hoje. O Congresso da Virada em 1979 foi um dos primeiros precursores para isso, aliado à adoção do materialismo histórico-dialético (que originou a produção do livro *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho) e ao Código de Ética em 1986. Entretanto, como somos seres históricos em constante movimento, esses ganhos não ficaram livres de serem pormenorizados ou destruídos.

Em 1993 ocorreu a reformulação do atual Código de Ética, com a tentativa de enfrentar a onda neoliberal que adentrou no país. Para essa reformulação, buscou-se colocar como suporte as bases ontológicas no pensamento de Marx, inscrevendo valores no âmbito da práxis. Vale salientar que, no cenário nacional, o Brasil passava pelo processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello que impulsionou o debate sobre a ética na sociedade, o que demonstra mais uma vez o Serviço Social no movimento histórico da sociedade.

A defesa dos direitos humanos é um dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. A sociedade burguesa obriga a existência deles, dadas as

condições sociais impostas que não asseguram os direitos básicos. Entretanto, o fato anteriormente exposto não o isenta do espaço de contradições. Ao mesmo tempo em que são necessários, principalmente para a população usuária dos serviços prestados profissionalmente, o seu caráter de universalidade dos direitos acaba sendo contraditório na sociedade capitalista, fundada na desigualdade estrutural. Contudo, Barroco e Terra (2012), reconhecem os seus limites, mas enfatizam que esses limites não devem levar à negação absoluta, pois os direitos humanos podem ser utilizados como estratégia de resistência.

Com isso, vemos que a ética profissional não beneficia somente os assistentes sociais, mas também protege as suas relações profissionais, principalmente com a população usuária. Um exemplo disso é o sigilo profissional, materializado no Código de Ética em seu artigo 16, que traz que o “sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 1993, p. 35).

O projeto ético-político profissional foi germinado no seio das transformações societárias dos anos 1980 e 1990, expressando um esforço coletivo que se fez em meio a correlação de forças políticas. Com uma direção política definida em prol da classe trabalhadora, o projeto ético-político se materializa nos seguintes documentos: O Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Lei de Regulamentação da Profissão, sancionada no ano de 1993.

Para compreender melhor a importância do projeto ético-político, é válido destacar, mesmo que brevemente, que ele está inserido em uma disputa de projetos societários, mais especificamente entre um projeto de sociedade emancipatório e um projeto de sociedade burguês. O projeto ético-político tem reconhecidamente como valor central a liberdade, o que o atrela a um projeto de sociedade sem autoritarismo, sem censura, emancipatório e igualitário, que busca da construção de uma nova ordem social. Ou seja, de acordo com Netto (1999), os projetos profissionais, como é o caso do projeto ético-político, se apresentam como autoimagem de uma profissão, elegendo valores que a legitimam perante a sociedade.

Sistematizando, os elementos constitutivos do projeto ético-político profissional, elencados em Teixeira e Braz (2009, p. 7-8), são:

a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético políticos; b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente — a da sociedade do capital — que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Assim, a ética profissional é um campo intrínseco ao fazer profissional. Foi construída no movimento histórico da sociedade, dada à necessidade humana de construir uma ciência que estudasse os padrões de comportamento humano de forma racional e crítica. Devemos fortalecer a ética profissional, principalmente através da pesquisa, essa orientada pelo pela tradição marxista, reconhecendo sua função mediadora na luta de classes imposta pela sociedade burguesa.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo buscou discutir, ainda que de forma breve, a importância da pesquisa e da pós-graduação para a produção de conhecimento, principalmente no que se refere a ética profissional. A pós-graduação é um valioso espaço para a produção de conhecimento e para o fomento dos periódicos essenciais para a socialização do conhecimento produzido nas áreas do Serviço Social e afins, em busca de se obter uma formação crítica.

A temática da ética profissional ainda não é tão recorrente em trabalhos, artigos e livros do Serviço Social, o que demonstra a necessidade de buscarmos pesquisá-la, a fim de fomentar o debate, a pesquisa e ressaltar sua importância, principalmente no cotidiano profissional. Ela se expressa como uma das dimensões do próprio Serviço Social, se objetivando na prática profissional como ação moral, normatizando deveres e valores através do Código de Ética, a partir de teorias que fundamentam a reflexão e intervenção como ação ética e política.

Sendo assim, a nossa ética profissional se objetiva no Código de Ética,

atualmente em vigor o de 1993. Ele é de fundamental importância para nortear o nosso fazer profissional e sua conquista foi possível através da luta e do esforço coletivo para construir um Serviço Social de valores emancipatórios, resguardando tanto os direitos dos usuários quanto os direitos dos profissionais.

Além de pesquisar sobre a ética profissional, é necessário fazê-la dentro de uma perspectiva crítica, respeitando o próprio Código de Ética Profissional de 1993, buscando apreender a ética profissional no movimento da história, fundamentado na razão dialética, na perspectiva de ultrapassar a superficialidade e buscar a sua essência.

## 5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Cadernos ABESS. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 27 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL ABEPSS. **História**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2005.

CFESS. **O Código de Ética do/a Assistente Social Lei 88862/93**. Disponível em:<CEP\_CFESS-SITE.pdf>. Acesso: 27.jan.22.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

COPELLO, et. al. ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes sociais**. Edição v. 16 n. 1 (2019). Disponível em:<<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/445>>. Acesso: 26 jan.2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº24, São Paulo: Cortez, Ano VIII, 1987. (p. 49-69).

GUERRA, Yolanda D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 11, n. 22, jul/dez 2011, p.125-158.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MOTA, A. E. **40 Anos da Virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios**. In: MEDEIROS E.; NOGUEIRA L.; BEZERRA L. (org.). Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019. (p. 167-177).

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil Pós-64**. 17º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Serviço Social e tradição marxista**. Serviço Social e Sociedade, nº 30. São Paulo: Cortez, 1989.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em:< PROJETOS SOCIETRIOS E PROJETO PROFISSIONAL (abepss.org.br)>. Acesso em: 27 jan.2022.